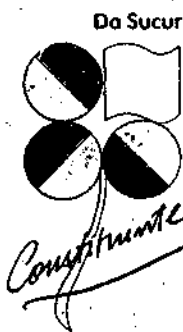


Sugestões para a nova Carta - 3 JUN 1985 FOLHA DE SÃO PAULO são enviadas de todo o País



Do Sursorol de Brasília

Mais de mil documentos, vindos de todas as regiões brasileiras e elaborados por pessoas de diversas categorias sociais, estão prontos, no Ministério da Justiça, para serem apreciados pela comissão constitucional, tão logo esta se instale e inicie os trabalhos preliminares da Assembléia Nacional Constituinte, a ser convocada em 15 de novembro de 1986.

Tais documentos contêm sugestões para a futura Constituição e propõem indicações de personalidades para a comissão constitucional anunciada pelo falecido presidente Tancredo Neves, logo após eleger-se indiretamente através do Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro último. Na história das grandes reformas constitucionais da República — 1891, 1934, 1946 e 1967 — não há precedente de tamanha participação popular como a que ora se verifica, a um ano e meio da posse dos futuros constituintes.

Pedidos

Do Rio de Janeiro, José Ardeni, que se apresenta como inativo da CLT, sugere a criação de um ministério para a família, advogando, ainda, a inscrição, na futura Carta, de direitos e prerrogativas para os aposentados, que ficariam isentos do Imposto de Renda.

O pernambucano Sílvio Pessoa preconiza a "adoção da técnica

parlamentarista de organização governamental, por ser a mais capaz de administrar e compor dissensões nos limites da legalidade democrática".

Muitos brasileiros, como o professor Carlos Roberto Pellegrino, de Brasília, colocam-se à disposição da comissão constitucional, para ajudá-la na primeira fase de seus trabalhos. Já o 1º Encontro Nacional sobre delegações sindicais pede, através do presidente do Sindicato dos Engenheiros de Brasília, urgência na Constituinte, "uma necessidade nacional".

A Associação dos Moradores de Sobradinho (DF) também se propõe a participar da comissão. De Goiânia (GO), numerosas pessoas pedem anistia tributária, como fórmula "para pacificar a família brasileira".

Ministério

De São Paulo, Bernardo Mendes Filho pede a criação de um ministério da defesa, reunindo todos os ministérios militares, e a substituição do serviço militar obrigatório pelo "serviço civil obrigatório". A proteção dos direitos das mães adotivas é solicitada por uma eleitora de Curitiba (PR), enquanto o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia propõe nomes para a comissão.

Da Câmara Municipal de Jaboticabal (SP) provém a moção ali aprovada, por iniciativa do vereador Ariovaldo Santos, pedindo que os parlamentares de São Paulo à Constituinte não votem nem assinem a nova Constituição, caso não se estabeleça a proporcionalidade da representação política, com base na população de cada Estado.